

“Políticas Públicas, Gênero e Trabalho - II Seminário Nacional de Trabalho e Gênero”.

Casa, Gênero e Trabalho.

**Juventude: trabalho e gênero**

**Leila Silva de Moura**

## **Juventude: trabalho e gênero**

**Leila Silva de Moura**

Este estudo propõe uma abordagem sociológica sobre a relação socialmente estabelecida entre jovens trabalhadoras e o trabalho do lar. Mesmo com a intensa participação da mulher, hoje, nos espaços sociais antes ocupados, em sua maioria por homens, a permanência da relação estabelecida socialmente entre a mulher e o espaço doméstico, ainda representa uma forte herança cultural que permeia o nosso cotidiano. Apesar de ocuparem cada vez mais os postos de trabalho na sociedade, as mulheres não deixaram de ocupar o lar, como portadoras de habilidades domésticas. Continuam a exercer as funções domésticas, como outrora. Caracterizando, portanto, uma sobrecarga de trabalho sobre a mulher.

A mulher, aqui, será representada por adolescentes, do sexo feminino, que estão ingressando no mercado de trabalho, como aprendizes. O objetivo é investigar a realidade sócio-cultural dessas jovens, suas perspectivas, espaços de socialização, situação de trabalho e os diferentes significados que o trabalho (doméstico/não doméstico) representa em suas vidas. Nesse sentido, proponho uma pesquisa com aplicação de 50 questionários e 10 entrevistas com aprendizes, (16 a 17 anos), escolhidas aleatoriamente através do banco de dados do Pró-cerrado, em Goiânia.

**Palavras chave: Trabalho, juventude, gênero**

## Juventude: trabalho e gênero

Leila Silva de Moura

**Palavras chave: Trabalho, juventude, gênero**

O trabalho tem sido um tema central no imaginário e, em muitos casos, na vida de grande parte dos jovens brasileiros, seja para a própria sobrevivência, contribuição familiar, mero consumo de bens fetichistas ou outros diferentes fatores que os atraem ou os pressionam para o mundo do trabalho, formal ou informal. O número de jovens em busca de uma vaga no mercado de trabalho tem sido significativo, nos últimos anos, principalmente, jovens, do sexo feminino. As chances de ingressar numa dessas vagas aumentam quando o (a) jovem possui experiência de trabalho e muitos adolescentes, com essa preocupação se tornam aprendizes para conquistarem o primeiro emprego. A grande maioria de adolescentes, do sexo feminino, que trabalha de forma remunerada também trabalha de forma não remunerada em casa, em serviços domésticos familiares se diferenciando dos adolescentes, do sexo masculino, que culturalmente não são pressionados a exercer atividades domésticas.

Este texto procura abordar o impacto do trabalho doméstico familiar e do trabalho não-doméstico na configuração do tempo de descanso, de estudos e lazer das jovens do sexo feminino. Procurando compreender a relação socialmente estabelecida entre essas jovens adolescentes, o trabalho doméstico e o trabalho não doméstico. Tendo em vista, aquelas adolescentes que estão ingressando no mercado de trabalho, como aprendizes. O objetivo é investigar a realidade sócio-cultural de jovens aprendizes do sexo feminino, suas perspectivas, espaços de socialização, situação de trabalho e os diferentes significados que o trabalho (doméstico e não doméstico) representa em suas vidas. Tendo em vista o número crescente de adolescentes inseridas em programas destinados a aprendizagem profissional e a necessidade de dados e análise sobre essa recente inserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, proponho uma abordagem sociológica acerca da realidade que envolve as aprendizes, em Goiânia.

No Brasil, é crescente o número de jovens, do sexo feminino, em busca de uma qualificação profissional, muitas adolescentes com essa perspectiva, já estão inseridas no mercado de trabalho como aprendizes<sup>1</sup>. e estabelece a obrigatoriedade de

---

<sup>1</sup> É aprendiz aquele que celebra contrato de aprendizagem, nos termos do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Segundo definição de Ocupação utilizada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, é considerado aprendiz uma pessoa que esteja aprendendo qualquer ofício ou profissão. No Brasil, segundo dados do IBGE (2002), aproximadamente 41.445 adolescentes estão inseridos no mercado de trabalho como aprendizes. De acordo com a lei de incentivo à contratação de jovens nº10. 097/2000, regulamentada pelo Decreto 5.598/2005, empresas de médio e grande porte são obrigadas a reservar entre 5% e 15% das vagas para a formação profissional de adolescentes e jovens com idades entre 14 e 24 anos incompletos. A lei exige que o aprendiz seja inscrito em um programa de aprendizagem, para se tornar um aprendiz. Aproximadamente 15 mil jovens entre 14 e 17 anos de família de baixa renda ingressaram no Primeiro Emprego através do Programa Jovem Cidadão desenvolvido pela Fundação Pró-Cerrado, em Goiânia

estabelecimentos de médio e grande porte, de contratarem jovens entre 14 e 24 anos, como aprendizes. Tem como objetivo a qualificação sócio-profissional e inserção de jovens no mercado de trabalho.

As constantes transformações ocorridas em nossa sociedade, nos últimos anos, em relação a comportamentos e costumes entre homens e mulheres vêm contribuindo para a formação de diferentes interpretações teóricas sobre a temática: relações de gênero, como um todo. Mesmo com a intensa presença e participação da mulher nos espaços sociais antes ocupados, em sua maioria por homens, muitos teóricos ainda apontam a permanência da relação estabelecida socialmente entre a imagem da mulher e o espaço doméstico, representando uma forte herança cultural que permeia o nosso cotidiano. Segundo Meyer (2003), gênero pode ser definido como uma construção social e cultural que diferenciam homens e mulheres distinguindo-os e separando-os como corpos femininos e masculinos. É, nesse sentido, que se apresentam as distinções das práticas entre homens e mulheres, como o trabalho doméstico que se torna preferencialmente a rotina feminina, ou seja, um comportamento bem menos explorado junto aos meninos. É através da educação, como um todo, bem como a educação familiar, que se cumpre à reprodução dos comportamentos de gênero.

As obrigações com as tarefas domésticas familiares impostas às meninas e adolescentes do sexo feminino as privam do acesso aos tempos e espaços de lazer diferentemente dos meninos e adolescentes do sexo masculino que, normalmente, não estão sujeitos às obrigações domésticas familiares. Esta distinção de comportamento produzido e reproduzido na sociedade é tida como natural, muitas vezes, vista como biologicamente constituída. Para Mariano (2005), tudo isso faz parte da formação de categorias universais de conceitos tratados como naturais, ou seja, uma construção social de como ser homem e de como ser mulher, na sociedade.

Modelos de comportamento são continuamente perpetuados pelos sujeitos sociais homens e mulheres seguem numa representação da realidade que os cercam. Para Moscovici (2003), o que formam os comportamentos sociais são os modos de pensamento que a vida cotidiana sustenta e que são historicamente mantidos por mais ou menos longos períodos. Segundo ele, as coletividades são continuamente orientadas a reconstruir nas relações de sentido aplicadas à realidade e a si mesmas.

Apesar de, hoje, ocuparem cada vez mais os espaços públicos, as mulheres não deixaram de ocupar o lar, como portadora de habilidades domésticas e continuam a exercer as funções do lar, como outrora. Caracterizando, portanto, uma sobrecarga de trabalho sobre a mulher. Nessa perspectiva teórica, Pierre Bourdieu (1999), desenvolveu a tese de uma sutil dominação masculina sobre a mulher, como um fenômeno cultural, socialmente construído e naturalizado e que é na esfera doméstica que essa dominação se torna mais visível.

Os estudos sobre as diferentes configurações que envolvem a relação entre a mulher, o lar e o trabalho, no século XXI, nos revela interessantes estratégias utilizadas pelas mulheres, principalmente de baixa renda, para a superação de inúmeras barreiras sociais que dificultam sua presença fora de casa, por exemplo, o trabalho doméstico familiar. Grande parte das jovens adolescentes que estudam e trabalham vivem a mesma realidade das mulheres adultas, ou seja, seguem uma dupla jornada de trabalho, ou seja, trabalham fora e dentro de casa. Segundo Spindel (1986), são poucos os estudos cujo universo diz respeito especificamente a menores, do sexo feminino que trabalham. Como é a vida dessa jovem mulher, seu cotidiano, dificuldades, perspectivas e percepções em relação ao mundo do trabalho e do lar? A análise sobre a realidade que envolve a jovem aprendiz pode, portanto, contribuir com as discussões teóricas acerca do Trabalho, Gênero e Políticas Públicas.

O trabalho realizado por adolescentes, no Brasil, normalmente, se caracteriza em tipos de trabalhos não adequados ou não compatíveis ao desenvolvimento físico e emocional do menor, principalmente, quando se trata de trabalhos domésticos remunerados, realizados por adolescentes do sexo feminino. O trabalho exercido pelas jovens, além de ser visto como um meio de contribuição familiar, como também é visto pela sociedade como prevenção à criminalidade e a inserção ao mundo das drogas. Para muitas adolescentes, o trabalho pode significar renda, *status* e respeito perante a família e a sociedade. O trabalho também passa a ser visto, pela adolescente, como uma possibilidade de acesso à sociedade de consumo. Essa possibilidade a distingue das demais jovens, na mesma condição de classe, que não trabalham e essa distinção pode se apresentar nas roupas, na forma de lazer, no uso de equipamentos eletrônicos e no comportamento como um todo. Segundo Bourdieu (1999), os atos de consumo exprimem sempre a posição social daqueles que a praticam, por serem característicos de um grupo portador de determinado *status*.

A inserção de adolescentes no mercado de trabalho contribui para uma série de mudanças no cotidiano escolar, nas relações familiares, sociais e, sobretudo, na formação de identidade dos adolescentes. A necessidade de um salário, mesmo menor que o mínimo, frente à baixa renda familiar da maioria dos adolescentes brasileiros, aliada a um forte e legítimo discurso social sobre a importância do trabalho para os adolescentes de periferia, contribui para a permanência e continuidade do (a) menor no mercado de trabalho, caracterizando assim um *habitus* do trabalho juvenil, produzido e reproduzido continuamente na sociedade.

O *habitus*, segundo Bourdieu (1999), pode ser compreendido como um sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes. As estruturas tendem a se reproduzir produzindo agentes dotados do sistema de disposições capaz de engendrar práticas adaptativas às estruturas e, portanto, em condições de reproduzir estruturas. Esse sistema de disposições é, portanto, o *habitus*, que tem como função a mediação entre as estruturas e a prática. Nesse sentido, um contínuo discurso social que legitima o trabalho do menor é característico de um *habitus* que produz e reproduz determinado pensamento social. É interessante, portanto, investigar qual o sentido do trabalho para o (a) adolescente que trabalha que se apreenda a relação entre o trabalho e a vida desse (a) menor assalariado (a).

A socialização e formação de uma identidade social e profissional são muitas vezes os argumentos que sustentam o trabalho do (a) menor. Nesse sentido, o trabalho tem sido destacado como um elemento importante para a vida dos (as) adolescentes.

O trabalho exercido pelo (a) menor voltado à aprendizagem propõe diminuir tanto a inserção de menores no trabalho informal, de baixa qualificação e de condições precárias, como também o desemprego juvenil. Mas o despreparo em lidar com essa nova forma de inserção juvenil no mercado de trabalho pode apresentar uma série de consequências negativas para o (a) jovem aprendiz, pois a adolescência é uma fase de desenvolvimento.

Uma etapa do ciclo de vida, de ligação entre a infância, tempo da primeira fase de desenvolvimento corporal (físico, emocional e intelectual) e da primeira socialização, de quase total dependência e necessidade de proteção, para a idade adulta, em tese do ápice do desenvolvimento e plena cidadania (ABRAMO, 2005, p.41)

De acordo com Lima e Minayo (2003), para muitos jovens, mais do que exercer uma atividade ocupacional ou ganhar uma profissão, o valor da experiência presente na condição de aprendiz consiste em extrair dessa aprendizagem seu caráter formativo. Isto é, sua capacidade de gerar outros meios de viver a grupalidade, possibilitando a construção, mesmo que provisória, do sentimento de pertencimento a diferentes formas de convivência e sociabilidade.

Essas experiências, nessa fase da vida, são fundamentais para a própria formação social e profissional desses jovens, pois estão numa fase de descobertas e auto conhecimento. Os conceitos de adolescência e juventude ainda apresentam diferentes questionamentos por parte de alguns teóricos que abordam esse tema. Não há um consenso geral na definição acerca da juventude e adolescência. Segundo Novais, essas são as etapas de vida constituídas de um processo histórico. Há diferenças entre os jovens que são contemporâneos e vivem em uma mesma sociedade, por pertencerem em classes sociais distintas, diferentes relações de gênero, de estilos de vida, habitação e outras inúmeras diferenças regionais e culturais. Para esta autora, nas definições de juventude sempre há o interesse de adiantar o estado de juventude e maturidade para a inserção no mercado de trabalho. “Há interesses econômicos e políticos na delimitação dessas fronteiras, razão pela qual elas podem ser muito flexíveis na sociedade em que vivemos”. (NOVAIS, 2002, p.47)

Apesar das diferentes visões sobre o conceito de juventude é inegável que a maioria dos teóricos concorda que essa fase se caracteriza pela busca de independência e autonomia. Para Sposito (2005), a juventude é uma fase de transição, é a fase da vida em que se inicia a busca da autonomia, marcada tanto pela construção de elementos da identidade – pessoal e coletiva – como por uma atitude de experimentação.

Spindel (1986), ao analisar a inserção do menor no mercado formal e o mercado informal faz críticas a alguns estudiosos da temática. Para ela, alguns estudiosos do mercado informal apresentam em oposição a este mundo ilegal uma contrapartida legal, uma meta padrão da sociedade: o mercado de trabalho institucionalizado. Permitindo deduzir que o equilíbrio, a normalidade e a justiça se dariam neste repasse, dos menores do mercado informal para o mercado formal, sem um profundo debate sobre o tema.

Segundo um estudo realizado por Watarai e Romanelli (2006), a inserção de adolescentes no mercado de trabalho promove uma adultização precoce na vida dos adolescentes. Muitos ocupam serviços não compatíveis com suas capacidades físicas e emocionais. Para Oliveira e Robazzi (2001), o ingresso de adolescentes no mercado de trabalho, em muitos casos, pode não significar fator positivo na vida dos adolescentes, ou seja, muitos adolescentes ocupam cargos em geral destinados aos adultos:

Adolescentes que trabalham no meio urbano inseridos no mercado formal acabam limitando-se ao desenvolvimento de tarefas de apoio na prestação de serviços, como embaladores, empacotadores, repositores de mercadorias e *office-boys*. Para o adolescente que está descobrindo seu espaço no mundo, assumir sua função de trabalhador nestas ocupações organizadas pode levar, pelas condições encontradas no trabalho, a sérios prejuízos na construção de sua identidade, enfrentando conceitos que ainda não são de seu domínio, apesar de propícios da idade, como a baixa auto-estima, o desinteresse, podendo chegar ao abandono do trabalho, problemas de relacionamento, entre outras dificuldades. (...) A Formação (trabalho-aprendizagem), que não há distinção do trabalho que realizam com o trabalho desenvolvido pelos adultos, acrescenta nada ou muito pouco à educação profissional, ocupando o tempo que poderia ser destinado aos estudos ou brincadeiras, base para o desenvolvimento saudável e formação da estrutura do futuro adulto. (OLIVEIRA e ROBAZZI, 2001, p. 86)

Os diferentes serviços ocupados por adolescentes podem não trazer contribuições significantes para sua vida adulta, devido a traumas recorrentes à falta de habilidades, o que é natural nessa idade, e a um indevido tratamento recebido no local de trabalho. Ao abordar essa realidade Abramo (2005), revela uma situação vivida pela maioria dos jovens que trabalham e faz, também, uma importante indagação que pode inovar os debates acadêmicos acerca do tema de trabalho e juventude.

O trabalho, como atividade ou aspiração, é uma realidade para metade deste grupo etário, mas normalmente em condições terrivelmente precárias, o que reforça a preocupação existente com o dano que tal experiência pode causar no desenvolvimento e trajetória futura dos jovens que assim vivem esta experiência. (...) Pode ser importante levar em conta essa questão no debate sobre as políticas, que muitas vezes fica polarizado nos termos de apoiar ou retardar o ingresso dos jovens no mercado de trabalho; talvez falte uma discussão sobre que tipo de trabalho (em que condições, com qual jornada, com que perspectiva de formação e carreira) o trabalho deve ser combatido ou estimulado. (ABRAMO, 2005, p. 68)

Para Gorz (2003), o indivíduo socializado pelo consumo não é mais um indivíduo socialmente integrado, mas um indivíduo levado a desejar ser ele mesmo distinguindo-se dos outros e que, canalizado socialmente ao consumo, aos outros só se assemelha pela recusa em assumir, por meio de uma ação comum, a condição comum. Os consumos compensatórios surgem como motivações, são características de uma sociedade consumista que prioriza valores hedonistas de conforto, do gozo imediato.

(...) deseja-se obter trabalho funcional para poder pagar o consumo de mercadorias.  
(...) O dinheiro ganho permite uma forma de satisfação mais importante que a perda de liberdade que implica o trabalho funcional (...) é precisamente a monetarização crescente das necessidades, dos prazeres e das satisfações (GORZ, 2003, p. 53)

Para Guimarães (2005), o trabalho é dotado de ‘sentido’ para os jovens e ele se torna preocupação recorrente na vida deles. O desemprego não é o fado apenas dos desempregados, sendo vivido como um real problema por todos os jovens brasileiros, ocupados, desempregados ou inativos. E, mais uma vez, os temas juvenis, como sexo e drogas, se esvaecem a ponto de perderem

significação estatística. No entanto, a inserção precoce no mercado de trabalho pode contribuir, em sua maioria, para a descontinuidade escolar e com o aparecimento de problemas de saúde ocasionados pelas más condições de trabalho realizado por jovens adolescentes. Em alguns ramos da indústria, segundo Spindel (1986), o trabalho do menor apresenta vantagens comparativas sobre a do adulto. Possivelmente somam-se às vantagens diferenciais do custo mais baixo desta mão-de-obra, a falta de evolução dos processos produtivos permitirem a utilização de menor em ocupações de adulto assim como na de ajudante, auxiliar ou aprendiz.

No Brasil, é grande o número de adolescentes que se iniciam muito cedo no mercado de trabalho. Essa entrada precoce do adolescente no mercado de trabalho está possivelmente associada com o abandono escolar notadamente entre rapazes, ou com a migração para outro turno noturno, para ambos os sexos. “Nada menos que 33% iniciam sua carreira como trabalhador entre 5 e 14 anos, e somente um quarto deles o faz depois da maioridade” (GUIMARÃES, 2005, p.167) É a partir dos 14 anos de idade que a participação na força de trabalho de adolescentes se intensifica. Portanto, essa etapa da vida revela-se, para eles, como fundamental para a entrada no mercado de trabalho, embora nesta época, não tenham ainda alcançado a idade necessária para, pelo menos, a conclusão dos estudos no ensino fundamental. Para Carvalho, é grande a dificuldade em conciliar trabalho e os estudos. “Grande parte de nossa infância e juventude só estuda porque tenta combinar trabalho e estudo, e uma parcela, talvez maior, não consegue

estudar porque necessita dedicar-se integralmente ao trabalho”. (CARVALHO, 1994, p.12)

A falta de capacitação profissional não é apenas uma realidade de grande parte dos trabalhadores brasileiros, mas da grande maioria dos jovens e, por isso, são inúmeras as dificuldades em encontrar uma vaga no mercado de trabalho formal. Passam, portanto, a contribuir com o crescimento da informalidade no mundo do trabalho.

As constantes transformações no mundo do trabalho se apresentam de múltiplas características. Segundo Antunes, (2000), “na heterogeneização do trabalho, vivencia-se uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado”. (ANTUNES, 2000, p. 49)

São nessas novas formas de trabalho, citadas por Antunes, que estão milhares de adolescentes que necessitam trabalhar para contribuir com as despesas domésticas. Para Branco, (2005), a desigualdade social expressada, principalmente, no nível de renda das famílias, proporciona a continuidade da situação de precariedade desses trabalhadores que se encontram perpetuados no ciclo de pobreza. Esses jovens que se encontram em posições ocupacionais de baixa qualidade, de vínculos precários e de menor remuneração, situados na camada inferior do setor informal comprometem os estudos e a própria formação profissional importantes para fase adulta.

Todos os indicadores disponíveis tem indicado uma forte pressão dos jovens na procura por ocupação, denotando, que se eles estivessem apenas se dedicado às atividades de escolarização e aprendizagem profissional, as taxas de desemprego cairiam substancialmente, uma vez que seu ingresso na força de trabalho seria adiado. E, além disso, estariam adquirindo melhor preparo educacional e profissional, requisitos indispensáveis para que pudessem enfrentar com maiores chances de êxito os desafios e obstáculos colocados por um mercado de trabalho cada vez mais excludente e competitivo. (BRANCO, 2005, p. 131).

Segundo Abramo (2005), a adolescência pode ser considerada uma etapa do ciclo de vida, de ligação entre a infância, tempo da primeira fase de desenvolvimento físico, emocional, intelectual e da primeira socialização, de quase total dependência e necessidade de proteção, para a idade adulta, em tese do ápice do desenvolvimento e plena cidadania.

As atividades de lazer nesta fase são de grande importância para o desenvolvimento mental, social e físico desse jovem em formação.

A pesquisa “Mapa do lazer juvenil da cidade de Canoas” realizada no Rio Grande do Sul entrevistou 831 jovens procurando compreender o papel das tarefas domésticas na configuração da realidade do lazer de jovens com idades entre 10 e 24 anos. De acordo com os resultados da pesquisa, 47% de jovens estudantes entrevistadas, do sexo feminino, possuem obrigações domésticas familiares enquanto que 87% dos estudantes, do sexo masculino, não possuem nenhuma obrigação doméstica familiar. Esses resultados confirmam a cultural tradição patriarcal ainda existente, no Brasil. A configuração das obrigações no trabalho doméstico familiar apresenta ampla participação das meninas, o envolvimento com a casa é um marcador da feminilidade definindo a formação tanto de uma esposa prendada e delicada como também uma formação para carreiras domésticas.



## **Bibliografia:**

ABRAMO, Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. W. BRANCO, P.P.M. (Org.). *Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

\_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

\_\_\_\_\_. *A social Critique of the judgement of taste*. Massachusetts: Harvard, 2002.

IBGE. Censo demográfico 2000: resultados do Universo. Rio de Janeiro, IBGE. 2002.

MARIANO, S. O sujeito do feminismo e o Pós-estruturalismo. *Estudos feministas* . Florianópolis, 13(13): 483-505, setembro-dezembro/2005.

MEYER, D. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G. NECKEL, J, *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2005.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2000.

BRANCO, Pedro Paulo. *Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas*. In: ABRAMO, H. W. BRANCO, P.P.M. (Org.). *Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

CARVALHO, Célia Pezzolo. *Ensino Noturno: realidade e ilusão*. São Paulo: Cortez, 1997.

GORZ, André. *Misérias do presente, riqueza do possível*. Tradução: Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2004.

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do Trabalho – Busca de sentido: Crítica da razão econômica*. Tradução: Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2003.

GUIMARÃES, Nádyra Araújo. *Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil?* In: ABRAMO, H. W. BRANCO, P.P.M. (Org.). *Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

LIMA, S. M e MINAYO-GOMEZ, C: *Modos de subjetivação na condição de aprendiz: embates atuais*. História, Ciência, Saúde – Manguinhos, Vol. 10 (3): set – dez. 2003. p. 931-953.

NOVAIS, Regina. *Juventude e participação social: Apontamentos sobre a reinvenção da política*. In: ABRAMO, H.W. FREITAS, M.V. SPOSITO, M.P. (Org.) *Juventude e debate*. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Beatriz Rosana Gonçalves; ROBAZZI, Maria Lúcia do Carmo Cruz: *O trabalho na vida dos adolescentes: Alguns fatores determinantes para o trabalho precoce*. Rev. Latino-Am. Enfermagem., Ribeirão Preto, v. 9, n. 3, 2001. p. 83-9.

SPINDEL, Cheywa. *Espaços de socialização e exploração do menor assalariado: Família, Escola e Empresa*. São Paulo: Idesp, 1986.

SPOSITO, Marília Pontes. *Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil*. In: ABRAMO, H.W. BRANCO, P.P.M. (Org.) *Retratos da juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

WATARAI, Felipe. ROMANELLI, Geraldo. *Trabalho e identidade de adolescentes do sexo masculino de camadas populares*. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 2., 2005, São Paulo

SPINDEL, Cheywa. *Espaços de socialização e exploração do menor assalariado: Família, Escola e Empresa*. São Paulo: Idesp, 1986.